



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Correio de Sergipe • Aracaju  
sábado • 22 de março de 2014

# MPE requer que Estado abasteça o HGJAF e a MNSL

Ministério Público pede na Justiça 30 dias para abastecimento de remédios e insumos

Juliana Moura

**D**urante audiência realizada ontem, na Justiça Federal, com várias entidades e órgãos ligados à saúde, como a Secretaria Estadual da Saúde (SES), União, Conselho Regional de Medicina, Ministério Público Federal (MPF), entre outros, a promotora de Saúde do Ministério Público Estadual (MPE), Euza Missano, pediu que a Justiça entre com uma ação civil pública, determinando que o Estado abasteça dentro de 30 dias com medicamentos e insumos as suas duas maiores unidades públicas, que são o Hospital Governador João Alves Filho (HGJAF) e a Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (MNSL).



■ Audiência na Justiça Federal reuniu entidades e órgãos ligados à Saúde

um adiantamento de R\$ 100 milhões. “Essa questão dos recursos também preocupa o MPE e concordamos com o pedido feito pelo juiz Ronivon, para que seja apresentado o repasse de recursos da União para o Estado. Pedimos anteriormente à Justiça a suspensão desse repasse, porque não há controle algum disso. Para se ter uma ideia, ficamos sabendo que o Estado pediu um adiantamento à União, sendo que já tem dívidas, e até agora não sabemos se foi repassado ou não”, disse.

Quanto à antecipação do recurso de R\$ 100 milhões, a secretária de Estado da Saúde, Joélia Silva Santos, informou que a verba não foi repassada. “Não foi e nem será. Essa antecipação foi revogada, pois, como pedido pela Justiça, teremos que fazer o levantamento do que a União repassou para o Estado de 2013 para cá e também como as verbas foram aplicadas”.

bém a questão da quantidade pequena de centros cirúrgicos e a fila dos pacientes oncológicos para a radioterapia. "No hospital há nove centros cirúrgicos, mas apenas cinco estão funcionando. Como é que o maior hospital público de Sergipe disponibiliza somente cinco salas para atender a grande demanda? E pelo que sabemos, existem 334 pacientes na fila de espera para a radioterapia", frisa.

Após registrar a solicitação do MPE, a juíza Federal Telma Maria Santos Machado informou que o órgão irá analisar o pedido. "A audiência foi proveitosa, pois pude ouvir os esclarecimentos de vários órgãos e entidades sobre a difícil situação da rede estadual de saúde, e agora irei analisar com cautela o pedido feito pelo Ministério Público Estadual. Os problemas são graves, antigos e o Estado precisa fazer o abastecimento das unidades", declara.

Porém, em contrapartida, ainda durante a audiência, representantes do Estado e da União se manifestaram contra a solicitação do MPE à Justiça Federal, alegando que não há como fazer o total abastecimento do HGJAF e da MNSL dentro de 30 dias,

não por falta de vontade dos gestores, mas sim por circunstâncias que envolvem o assunto.

#### • Intervenção

Embora a Justiça Federal tenha negado, recentemente, o pedido feito pelo MPE para que fosse feita a intervenção federal na saúde pública de Sergipe, o juiz Federal Ronivon de Aragão, colocou na decisão algumas obrigações para serem feitas pelo Estado e a União, que também foram elencados durante a audiência.

Entre as diversas obrigações estão que o Estado deverá apresentar em 30 dias um organograma de gestão pública de saúde e dentro de 60 dias as providências que foram tomadas para o abastecimento da rede. Já para a União, ficou determinado, conforme a Justiça, que seja apresentada em 60 dias um relatório da atual situação da rede de saúde e outro com os valores repassados pela União ao Estado de 2013 até o presente momento.

Para a promotora de Saúde, Euzá Missano, alguns pontos envolvendo os recursos ainda não estão bem esclarecidos, como, por exemplo, a notícia de que o Estado pediu a União

Segundo a promotora, devido à gravidade do problema na rede, já que as duas unidades continuam desabastecidas e com a assistência à população prejudicada, apesar das várias ações civis públicas já ajuizadas pelo MPE, a Justiça Federal pode entrar com uma nova ação determinando o total abastecimento dos locais. "Desde 2011 o MPE e o MPF vêm monitorando as duas unidades, e apesar das 92 ações já ajuizadas pelo o MPE, os problemas permanecem. Nesta semana fizemos mais uma fiscalização no hospital e na maternidade e encontramos a mesma coisa. Ou seja, falta de medicamentos, inclusive, de antibióticos", disse.

Ainda de acordo com Missano, os problemas no HGJAF, que permanecem há mais de quatro anos, vão muito além da falta de abastecimento e insumos. Há tam-

Ainda sobre a questão dos recursos para a rede, a secretária frisou as dificuldades financeiras enfrentadas pelo o Estado. "Hoje, o Estado arca com 72% de todo o gasto com a rede de saúde pública e a União repassa somente 28%. De uns anos para a cá a rede cresceu muito e a demanda também, então os gastos são altíssimos. Além disso, há um estrangulamento da rede, porque o Estado vem atendendo pacientes que deveriam ser assistidos, na verdade, pelas unidades básicas de saúde. E isso é um dos fatores para a superlotação do HGJAF. Já sobre a oncologia do hospital, temos no momento 186 pacientes na fila de espera de radioterapia e não 334, como foi dito pelo MPE, mas estamos tomando providências para acabar com a fila", explica.